

# anti— ~~capitalista~~

Vencer a direita  
com a razão da  
liberdade



Imigração:  
a extrema direita  
e a “grande substituição”

## DOSSIÊ

Frentes da luta climática

P. 4

Seca no Algarve

P. 6

# Vésperas em luta

E assim entramos no quarto mês do massacre em Gaza. Quase trinta mil mortos depois, é o maior genocídio ocorrido no nosso século e às mãos de uma potência nuclear, no apogeu de uma forma de terrorismo de Estado que se banaliza com o argumento da inviabilidade do direito internacional. Pode Borrell condenar o massacre, apesar de os principais governos europeus venderem armas a Netanyahu, pode o Tribunal Penal Internacional, numa sentença inédita em que julga um governo, determinar a suspensão das ações militares, pode a opinião pública mobilizar-se, e nada disso parará a guerra. Para o governo sionista, já nem é um sistema de apartheid que importa impor, é a destruição da Gaza, o exílio da sua população, o fim da presença do povo da Palestina. E assim vai a guerra.

E estamos a poucas semanas das eleições legislativas, depois do desastre da maioria absoluta do PS. Convém não esquecer pois, seja qual for o resultado do voto popular, foi esse governo e a sua demissão que nos trouxe primeiro à crise social e depois à crise política. Termina assim uma época do regime político que foi instalado pela queda da ditadura, pela luta popular de 1974 e de 1975, e depois pelo 25 de novembro. Esse regime está a esfarelar-se: os seus principais partidos já não são o que foram, com destaque para a deslocação da direita para a extrema-direita; a comunicação social está a esvair-se com os golpes de magnatas aventureiros e com o esvaziamento pela colmeia digital; os discursos de ódio pululam e fazem escola. Nesse contexto, a campanha do Bloco de Esquerda não é só para afirmar respostas viáveis e imediatas à insegurança da vida de quem trabalha; é, ainda mais do que isso, para proteger a democracia em que o povo não se subordina aos interesses da ganância, os que exploram trabalho imigrado, os que impõem desigualdade contra as mulheres, os que agravam a vertigem energética e o risco climático.

E estamos nas vésperas do 8 de março, quando o feminismo mostrará a sua força. Este é um campo de multiplicação de lutas, um fator importante na sua capacidade mobilizadora e assim o queremos. Não devemos, no entanto, assumir a luta feminista como um movimento somatório de diferentes lutas. A luta pela igualdade vai muito para além dos movimentos que o integram; é estrutural ao nosso projecto político e antagónica ao capitalismo. As mulheres, o seu trabalho e o seus corpos serão sempre um alvo preferencial de um sistema, que ao explorar as suas reservas precisa de, por quaisquer meios, assegurar a sua reprodução.

A resposta da extrema-direita à massificação do movimento feminista durante a última década é prova da essencialidade da desigualdade entre os géneros ao seu projeto político, tal como é ao da direita conservadora tradicional. E não nos esqueçamos da importância de disputar o feminismo com a direita tradicional. Não foi assim há tanto tempo, que no final do seu mandato, a coligação do PSD/CDS aprovou à pressa mudanças na lei do aborto. As mudanças foram revertidas, mas o conservadorismo não morreu e encontrou novos espaços. A moral conservadora refugia-se na extrema-direita, onde ganha cada vez mais margem no debate público.

Vivemos tempos incertos, de transformações incompreensíveis para muitos, onde a adesão à verdade é substituída pela adesão aos excessos da “autenticidade” e ao medo. Sem um quadro de compreensão das relações que determinam a história e o futuro, cada vez mais pessoas serão atraídas pelo teatro de sombras na caverna iluminada pela fogueira fascista. O feminismo, radical, marxista, oferece explicações estruturais para as desigualdades e as injustiças, libertando homens e mulheres. Em véspera de eleições, damos corpo à luta feminista e exigimos uma nova ordem para a nossa sociedade - de proteção, de autodeterminação e de cuidado.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

## 2 Editorial

*Eleições são amanhã, a campanha será longa.*

## 3 Feminismo

*As águas de Março são Feministas*

## 4 Clima

*Duas frentes na luta climática*

## 5 Eleições nos EUA

*Mal menor ou de mal a pior?*

## 6 Seca no Algarve

*É possível manter um oásis artificial no meio do deserto?*

## 7 Sugestões Culturais

### Dossiê | Extrema direita e imigração

*Paulo Ferreira*

*Tainara Machado*

*Andreia Galvão*

*Anabela Rodrigues*

*Mariana Carneiro*

*Mariana Garrido*

### Ficha Técnica

#### Conselho Editorial

Alda Sousa

Ana Feijão

Andrea Peniche

Andreia Galvão

Daniel Borges

Francisco Louçã

Hugo Monteiro

Inês Sena

João Bernardo Narciso

José Miguel Ricardo

Leonor Figueiredo

Marco Marques

Patrícia Felício

Paulo Ferreira

Rodrigo Sousa

#### Design Gráfico e Ilustração

Duarte Santos

#### Paginação

Tiago Tavares

#### Participaram nesta edição

Anabela Rodrigues

Catarina Ramalho

Daniel Carapau

Mariana Carneiro

Mariana Garrido

Miguel Lopes

Tainara Machado



# As águas de Março são feministas

Texto de Catarina Valente Ramalho

**É** pau, é pedra, é a construção do caminho: o 8 de Março é um dia de luta, recusamos outro desfecho. O 8 de Março é o último dia de campanha eleitoral, queremos as ruas preenchidas por feministas, mas, na mesma medida, por políticas e propostas, recusamos a perda do debate para o susto.

O chão que pisamos é o da crise do custo de vida, da crise da habitação, da diferença salarial, da falência dos serviços públicos, dos reencaminhamentos para aceder à interrupção voluntária da gravidez, da justiça machista, da familiarização dos cuidados e da sobrecarga dos nossos tempos e das nossas vidas, conhecemo-lo bem. Conhecem-no melhor as mulheres mais pobres, as mulheres racializadas e migrantes, invisibilizadas no chão que pisam, e limpam todos os dias de madrugada para que as cidades acordem novamente.

Sabemos, contudo, que é este chão que não queremos pisar, e saímos para a rua, no dia 8 de Março, sem concessões e para exigir ao Estado português uma política pública de cuidados - a inscrição dos cuidados na lei enquanto direito universal e gratuito; e para que o direito ao cuidado se cumpra, a criação de um Serviço Nacional de Cuidados que assegure uma rede pública de creches, que não deixe 120 mil crianças sem resposta, uma rede pública de lares, centros de dia e de noite e serviços públicos que garantam cuidados e uma vida autónoma a todas as pessoas ao longo da vida - e o acesso efetivo ao aborto seguro e gratuito, direito conquistado numa luta de décadas, sem reencaminhamentos e bater de portas - exigimos que a objeção de consciência não seja um entrave à aplicação da lei; o fim do período de reflexão obrigatório e um prazo de limite gestacional para interromper a gravidez a pedido da pessoa grávida que se adequa aos tempos e acompanhe o consenso médico e o enquadramento internacional: exigimos as 12 semanas. Sem mestres, nem chefes, dizemos ao Estado português que não somos o útero, nem o colo da sociedade.

Se o 8 de Março é construção de caminho, o espaço de debate e de combate, antes dele, nele e para lá dele, faz-se com um movimento feminista dialogante e alargado, um movimento feminista que acrescenta novos corpos e peles, aqueles que o Estado empurra continuamente para a exaustão e a imobilidade que impede a militância e a luta coletiva, e reafirmamos a greve social como o espaço de alianças e combate a todas as formas de exploração, o espaço feminista anticapitalista que queremos construir.

É pau, é pedra, é a construção do caminho, que não termina, mas que se renova a cada Março.



foto: Ana Mendes



# Duas frentes na luta climática

Texto de Daniel Borges

A luta climática está, como todas as outras, condicionada a avanços e recuos. O que constitui uma vitória ou uma derrota varia consoante a análise da realidade e a estratégia posta em prática, mas, talvez idiosincraticamente, a ciência climática impõe-nos limites objectivos - o mais popular deles é o do limite do aumento da temperatura média do planeta a 1.5°C, embora não seja o único. Mas medir avanços e recuos face a objetivo tão complexo quanto 1.5°C não é uma tarefa fácil. É a transladação de um texto científico para um texto político, e por isso, quem é tentado a avaliar o avanço da luta climática pelo avanço da concretização do 1.5°C, cairá no erro de conjugar os dois textos num só.

Partamos de uma evidência. Não existe neste momento, nem vontade política a nível mundial para fazer a transição ecológica necessária, nem um movimento de massas internacional organizado que consiga impor essa vontade política. O grande movimento que se identificava em 2019 nos moldes do Fridays for Future foi debilitado pela pandemia e sofreu vários golpes - alguns auto-infligidos, outros externos. Nesse sentido, a fronteira política está muito atrás da fronteira científica. Isto é, não dispomos hoje da relação de forças certa nos países certos para fazer uma transição ecológica - e não é certo que algumas vez disponhamos. E a crise climática também ainda não conseguiu criar as contradições necessárias dentro dos sistemas capitalistas, e as tensões sociais certas para alterar essa relação de forças.

Uma nota: talvez possamos dizer que o começa a fazer com a gravidade de fenómenos meteorológicos extremos, entre os quais as ondas de calor e as secas, mas teremos de ser estratégicos e conseguir antever quais desses fenómenos

realmente conseguem gerar tensões sociais. Apesar disso, por muito graves que estes fenómenos sejam, ainda não surgiu um contexto sóciopolítico entre os incêndios e as secas que permitisse a criação de tal movimento de massas, e construir uma estratégia em volta disso é ficar sentado à espera de Godot.

Mas adiante, o objetivo deste texto não é explicar como se aproxima o texto político do texto científico, mas antes centrar-se sobre as disputas políticas reais que conseguimos fazer em Portugal neste momento.

## Resistir (também) é vencer

Uma das estratégias políticas mais importantes, mobilizadoras, e com vitórias concretas que temos tido na luta climática em Portugal é a da resistência. Ela constitui uma frente contra o aumento da emissão de gases com efeito de estufa em Portugal. Para além do movimento contra as minas, a estratégia de resistência a novos projectos no cercal alentejano, em Tróia, na costa vicentina e, na verdade, um pouco por todo o país tem gerado focos de luta regionais que, muitas vezes com o mote da conservação ambiental, disputam pontos nevrálgicos importantes da infraestrutura fóssil e poluente no país.

São lutas que criam militância e que servem de porta de entrada para a luta climática. E disputam localmente muito do que tem sido a política climática do Partido Socialista: pro-

teger legalmente as áreas para depois, através dos Projectos de Interesse Nacional, criar megaprojectos pintados de verde que na verdade colocam em risco os ecossistemas e raramente prometem um corte de emissões.

Talvez a maior vitória nesta frente, e uma das maiores vitórias do movimento climático em Portugal até hoje, tenha sido a aprovação no Parlamento, em 2022, de uma moratória à mineração em mar profundo até 2050, que é o resultado de um conjunto de lutas organizadas nos últimos anos contra a exploração de petróleo na nossa costa, quer por associações locais, quer por ONGs. Não obstante, com a queda do Governo o futuro desta moratória está suspenso.

A seca e o modelo económico no sul do país estão a criar novas tensões que dão espaço e mote a estas lutas, em particular sobre os parques fotovoltaicos, os projectos de turismo - como aconteceu em Portimão com a zona do João De Arens - e com a agricultura intensiva. Estas são as portas de entrada que precisamos de encontrar e aprofundar para mobilizar populações e criar consenso sobre transição ecológica.

## Lutar por um programa de transição ecológica

A outra frente da luta climática que nos deve preocupar é a da redução das emissões. A complexidade deste processo significa que para conquistar avanços significativos nesta área, precisamos de desenvolver um programa de reivindicações transitórias, propositivas, e que apele a quem trabalha. Isso significa criar empregos climáticos, desenvolver setores da economia com pouco impacto nas emissões e garantir a requalificação e o emprego de quem trabalha nas indústrias poluentes.

Sob o lema da planificação ecológica, este programa de transição terá de ser o centro da disputa climática e de um movimento de massas nas ruas que consiga construir alianças sérias com sindicatos e organizações de trabalhadores. Em Portugal, essa é uma batalha desnivelada e difícil, mas não pode ser contornada nem ignorada. Com a relação de forças desfavorável que temos, o movimento climático que antagoniza e divide os trabalhadores para se enrincheirar em táticas mediáticas e simbólicas está destinado a falhar.

Mas não nos enganemos. Enquanto não tivermos um programa de transição sério pronto, todas as disputas em volta do clima, sejam elas lideradas por que sujeitos políticos forem, serão sempre impotentes e apenas um grito contra a inação. Quando tivermos um plano de transição ecológica pronto, teremos um grito pela ação, e é disso que precisamos.



# Eleições nos Estados Unidos da América: Mal menor ou de mal a pior?

Texto de Miguel Lopes

Nas últimas eleições presidenciais dos EUA, em 2020, Joe Biden venceu Donald Trump nas eleições mais participadas e mais polarizadas da história do país. Joe Biden foi o candidato mais votado de sempre. Ainda assim, a vitória foi também a da oposição popular ao neofascismo e não devido a méritos particulares do candidato ou do partido democrata.

A 7 de janeiro, um grupo de mais de dois mil trumpistas, grupos neonazis, supremacistas brancos e outros grupos de extrema-direita, atacaram o Capitólio, procurando reverter os resultados das eleições, com a conspiração de que os resultados da eleição teriam sido forjados. As consequências desse processo não parecem afetar gravemente Trump à partida para as eleições de 2024.

O trumpismo tinha e tem uma base eleitoral extremamente consolidada. Um conjunto de milhões de trabalhadores, com baixos salários, vivendo paycheck to paycheck, afetados gravemente pela desindustrialização, causando desemprego elevadíssimo, pobreza e com isso uma multiplicidade de problemas sociais. A base eleitoral de Trump inclui também setores importantes da pequena burguesia e das classes mais altas, em particular, magnatas do capitalismo fóssil. O discurso trumpista passa pela guerra cultural anti-woke (isto é, anti direitos LGBTQIA+, anti feminista e explicitamente racista) e pela luta contra o “socialismo”, “extrema-esquerda”, “comunismo” de Joe Biden.

## A falsa aparência de uma alternativa

Por outro lado, Joe Biden venceu em 2020 numa conjuntura de lutas sociais muito relevantes ao longo do anterior mandato. Lutas anti-racistas, em particular, haviam mobilizado vários milhões (entre 15 e 26 milhões), a partir de 25 de maio de 2020, com o assassinato racista de George Floyd às mãos da polícia de Minneapolis. A vitória democrata aconteceu pela oposição a Trump, e não pelo apoio expresso a Joe Biden.

Hoje, e apesar de um movimento grevista relevante durante o mandato democrata, não há uma conjuntura de lutas generalizadas nos Estados Unidos. As que existem, como as manifestações de solidariedade com a Palestina ou o que sobra do movimento grevista, opõem-se quase da mesma maneira aos democratas e aos republicanos. Veja-se: Joe Biden mantém in-

tacto o seu apoio ao Estado de Israel no genocídio que pratica sobre o povo palestino em Gaza; quebrou a sua promessa de não intervir em guerras no Médio Oriente, bombardeando o Iémen e contribuindo para a escalada do conflito na região; apesar de declarações de intenções “positivas” (leia-se hipócritas) em março de 2021, no auge do movimento grevista, no início de 2023, Joe Biden proibiu a greve dos ferroviários, recorrendo a leis anti-sindicais de 1926; manteve inalteradas as condições do embargo a Cuba, que Donald Trump havia fortemente agravado; falhou quase por completo o cancelamento da dívida estudantil; continua, para uma porção esmagadora da população, a perda de poder de compra, com políticas neoliberais de Biden em todos os aspetos económicos, em particular, em relação à recente crise da inflação.

O apoio a Israel perante o genocídio na Palestina parece ter sido a gota de água e as sondagens revelam uma queda forte de Joe Biden e um aumento do apoio a Donald Trump. Num contexto de menor importância de lutas sociais nos Estados Unidos, a desmobilização e a “desilusão” com Biden dão força a candidatos independentes dos dois principais partidos e à abstenção. De resto, 2024 será um ano de importantes decisões um pouco por todo o mundo. Nos Estados Unidos, a escolha é apresentada como voltando a ser entre o mal menor, o neoliberal Joe Biden, e o candidato de mal a pior, o neofascista Donald Trump. O partido Democrata não aprendeu que a força das classes trabalhadoras é a única capaz de derrotar o neofascismo e está em risco de sofrer uma pesada derrota nas eleições presidenciais de 2024.





# Algarve: é possível manter um oásis artificial no meio do deserto?

Texto de Marco Marques

**T**irando a região do Noroeste do país, que tem um clima mais húmido, a maior parte de Portugal tem um clima mediterrânico, caracterizado por chuvas concentradas no Outono e Inverno, e uma estação seca, o Verão, na qual se atinge também a temperatura máxima anual. Na região Sul do país a precipitação nunca foi muita elevada, mas era, quase sempre, a suficiente para as necessidades. A quantidade de chuva no Outono/Inverno tem vindo a diminuir consideravelmente nas últimas décadas em todo o país e de forma especial na região Sul (Alentejo e Algarve) fazendo com que esta região, nos últimos anos, só tenha estado fora de situação de seca em alguns momentos episódicos.

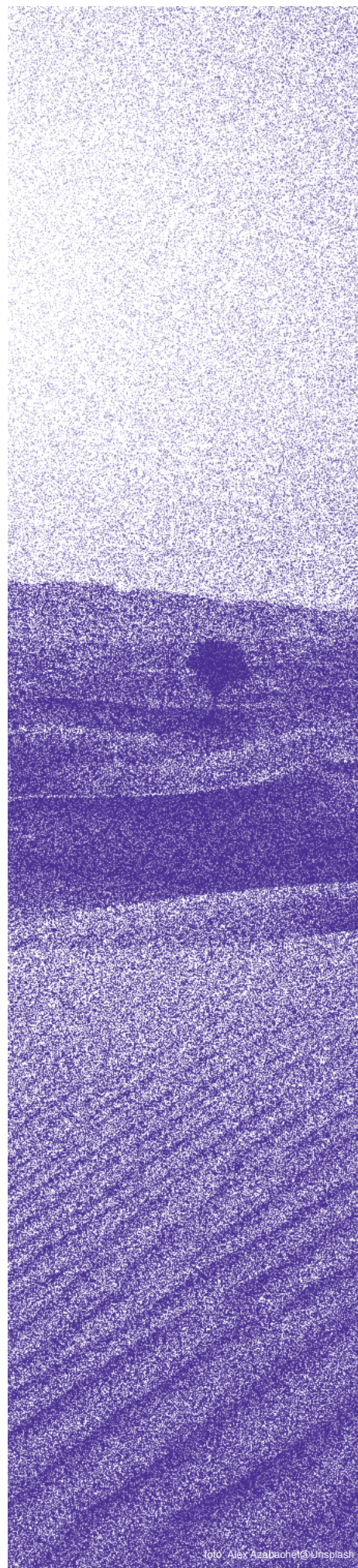
Esta alteração climática não é surpresa, e o cenário futuro só tem tendência para piorar. O último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas sobre a região mediterrânica (que inclui todos os países à volta do Mar Mediterrâneo, incluindo Portugal) alerta para o aumento da escassez de água, aumento de secas e aumento da frequência de ondas de calor nos próximos anos. O relatório alerta ainda para o efeito cascata que estes efeitos podem ter na agricultura, atividade florestal, pesca, turismo e saúde humana, afetando estas atividades de forma negativa. Estes efeitos já se notam, quando as barragens do Algarve estão em mínimos históricos e o Governo, correndo atrás do prejuízo, anuncia medidas de corte de água na agricultura e no consumo doméstico na região do Algarve.

Apesar dos alertas para a alteração climática que estamos a viver agora, construiu-se no Algarve, ao longo das últimas décadas, um oásis artificial que agora se encontra no meio do deserto. Este oásis tem empreendimentos turísticos rodeados de campo de golfe regados com água potável, e em alguns casos com consumos per capita oito vezes superior à média nacional (127 litros). À volta destes empreendimentos, as culturas tradicionais desta região como a laranja, amêndoa, alfarroba têm vindo a ser substituídas pela cultura do abacate, uma cultura muito mais exigente em água e que em poucos anos se tornou a segunda cultura de regadio no Algarve. O oásis parece ser tão excedente

em água que se dá ao luxo de perder, só em fugas na rede urbana, cerca de um quarto do consumo doméstico atual na região. Ou seja, por cada três banhos que um turista toma no Algarve, há mais um banho que se perde na rede. São décadas de planeamento que ignoraram as previsões climáticas e que agiram como se o Algarve estivesse apoiado em cima de uma cornucópia de água.

As soluções apresentadas pelo Governo no início deste ano para mitigar os efeitos da seca no Algarve são medidas de emergência que visam, principalmente, a redução substancial da utilização de água para a agricultura e consumo urbano. Está ainda prevista a construção de uma dessalinizadora em Albufeira, que entrará em funcionamento até 2026. Ironicamente prevê-se que esta infraestrutura tenha a capacidade para produzir o equivalente ao que se perde na rede urbana. O presidente da Associação de Turismo do Algarve estima ainda que, até 2030, 32 dos atuais 40 campos de golfe do Algarve, serão regados com águas residuais. Mas, além destas medidas, constam outras que continuam a alimentar a ideia do oásis no meio do deserto: há quem defenda já a construção de uma segunda dessalinizadora para servir a região e até o transvase de água do Alqueva para o Algarve.

O futuro do Algarve está em risco, não há outra forma de o dizer. Continuar o caminho da construção do oásis no deserto, ignorando as alterações climáticas e os riscos previstos para toda a região mediterrânica são o caminho para o desastre. A solução para o Algarve só pode assentar em medidas estruturais e permanentes de utilização eficiente da água nas áreas urbanas, que passam pela captação e armazenamento de águas pluviais e redução de perdas nas redes, adequação das culturas agrícolas às condições climáticas, utilização das águas residuais, políticas de reflorestação e reabilitação de linhas de água. Com estas medidas, que têm sido defendidas, por exemplo, pela Plataforma Água Sustentável, poderemos um dia falar do Algarve como um exemplo de sustentabilidade. Caso contrário, continuaremos a caminhar para esse oásis que no futuro não será mais que uma miragem.





## “Feminismos. Citação”



### SINOPSE

Esta não é uma peça sobre mulheres fortes. Não é uma peça sobre mulheres fracas. Talvez nem seja uma peça sobre mulheres. Esta não é uma peça sobre O feminismo. Talvez seja uma peça sobre o que é ser feminista, como, talvez seja uma peça feminista... Esta não é uma peça cronológica. É uma peça sem ordem, fragmentada, caótica. Esta é uma peça sobre instabilidade.

É talvez uma comédia sobre da vida quotidiana, uma trágico-comédia do dia-a-dia, do pequeno, do quase invisível. É talvez uma comédia sobre a descrença num mundo melhor, a consciência de que nem tudo está conquistado. Ainda assim, temos de lutar pelo nosso amanhã. Os nossos direitos não estão garantidos.

Criação: Carolina Serrão

Texto e Dramaturgia: Carolina Campanela

Interpretação: Andreia Galvão, Carolina Campanela, Catarina Marques Lima

**Biblioteca de Marvila**

7 e 8 de Março às 19h30

**Teatro do Bairro**

13 a 17 de Março

Qua a Sex às 21h00

Sáb e Dom 18h00

Conversa com o público após o espetáculo no dia 16 de Março.

## O clima do país entrou em Ebulição

2023 foi o ano em que parte movimento por justiça climática alcançou maior visibilidade mediática após interromper estradas ou atirar tinta a ministros e quadros, recapitulando ações de outros países. E se, em Setembro passado, enchamos tantas ruas das cidades deste país com o lema “Casa para viver, Planeta para habitar”, o último ano viu dificuldades crescentes na conciliação de esforços no espaço anticapitalista do movimento. Uns isolaram-se numa via tremendista/catastrofista, recusada por muitas outras de nós que acreditamos que não são grupos em que todas pensamos do mesmo modo, por bem organizadas e decididas que estejamos, que irão propulsionar uma mudança das sociedades à escala necessária para travar o colapso climático. E que renegamos populismos anti-partidos no seu geral que distorcem gravemente a verdade da política nacional. E chegamos a 20 de Janeiro de 2024, dia do nascimento da Ebulição. Sentíamos que era necessário um espaço para o movimento se exprimir livremente. Sem ter alguém a dizer-nos que não estamos a levar a sério a emergência porque não pomos a crise climática acima e an-

tes de tudo o resto. A crise climática está em tudo o resto, mas para chegar a mais pessoas não há apenas desobediência civil (e está por demonstrar que tal tem efeitos positivos no momento atual; exemplos de séculos passados não valem). Há também o debate livre e aberto sobre a emergência, sobre as dificuldades de mobilização e como as enfrentar, sem escolhermos atalhos que nos dão uma miragem de tudo conseguir a tempo de a temperatura não subir mais do que 1,5°C. Há a convergência de ativistas, coletivos e demais pessoas interessadas, que podem ter visões diferentes sobre qual a melhor tática para alcançar justiça climática, mas reconhecendo todas que não é o capitalismo verde que resolverá qualquer uma das crises globais associadas à atual emergência. É para elas e eles que a Ebulição nasceu. E a sala cheia na Casa do Comum confirmou o que sentíamos.

No primeiro número discutimos aquilo a que chamámos “o outro lado” da crise climática. Porque a crise não é só de emissões, temperatura e precipitação, ou falta dela. É também sanitária. É uma crise do mundo do trabalho. É uma crise debaixo de água. É uma crise que obriga a repensar estratégias de mobilização e de comunicação. Passa a palavra e junta-te à discussão sobre o que representa a ameaça

das alterações climáticas e como nos estamos a mobilizar por uma vida boa num Planeta que não esteja em Ebulição.

*Daniel Carapau*



## Arkitekten (2023)

Num futuro não muito distante, onde as únicas diferenças para com a atualidade se resumem a previsíveis avanços tecnológicos e à eliminação do transporte individual, um problema permanece: a crise da habitação. Nesta minissérie norueguesa de 4 curtos episódios, seguimos o dia a dia de uma estagiária num atelier de arquitetura que vive as dificuldades de aceder a uma habitação digna no centro de Oslo. A solução que esta estagiária encontra para o seu

problema parece resolver a sua situação, mas contribui para o agravar das condições de habitabilidade dos seus amigos e amigas e a personagem tem de lidar com estas contradições. O que encontramos nesta série é uma sátira à crise da habitação atual e de como as soluções que o mercado encontra, sem restrições e princípios de humanidade, podem ser tão ridículas como as que são encontradas pela estagiária.

*Marco Marques*



# dossiê

#70 SÉRIE II MARÇO 2024



***Imigração:  
a mentira contra  
a humanidade***



# **Extrema-direita domina o debate sobre a imigração na Europa.**

texto de **Paulo Ferreira**

Em janeiro passado soube-se de uma reunião secreta realizada a 25 de novembro em Brandemburgo, na qual representantes do partido de extrema-direita *Alternative für Deutschland* (AfD) se reuniram com militantes nacionalistas e neonazis, membros do partido de centro-direita União Democrática Cristã (CDU), membros da direção da associação conservadora *Verein Deutsche Sprache* (Associação da Língua Alemã) e empresários importantes. O jornal *Correctiv*, que divulgou a reunião, disse que “foi muito mais do que uma reunião de ideólogos de direita” e que teve como objetivo traçar um “plano” para deportações em massa, caso o AfD venha a chegar ao poder para o implementar. Segundo o orador inicial, um neo-nazi austríaco, Martin Sellner, milhões de requerentes de asilo, de pessoas “não assimiladas” e de pessoas com direito de residência e cidadania alemãs mas sem “antepassados alemães”, seriam deportadas (na linguagem utilizada “remigradas”) para “um Estado modelo” no Norte de África. A polémica que se seguiu à divulgação desta reunião incluiu a inevitável comparação deste “plano” com o plano nazi de 1940 para deportar quatro milhões de judeus para Madagáscar e com a conferência de Wannsee de 1942, onde dirigentes nazis delinearão a “Solução Final” - o genocídio da população judaica da Europa. O AfD desmentiu que tenha organizado a reunião ou que tenha preparado um plano de deportações em massa.

Esta história é um bom exemplo da saliência que o tema da imigração tem para a extrema-direita e também para os partidos da direita conservadora e do centro direita. Nos últimos anos têm-se visto os partidos de extrema-direita aumentarem o seu peso eleitoral em diversos países da Europa e, embora sejam diferentes entre si, a característica que os une é a demonização dos imigrantes, com destaque para a teoria da grande substituição demográfica, totalmente falsa mas apelativa (ver texto Porque é que a extrema-direita ultra radicalizada é obcecada com os cruzados? neste dossier).

Embora a Europa receba muitos imigrantes, os números atuais - um fluxo líquido estimado de cerca de 1 milhão por ano - não são suficientes para compensar as consequências demográficas das baixas taxas de natalidade. A Europa teria de duplicar o seu atual nível anual de imigração para travar o declínio da sua população, triplicar o nível para manter a dimensão da sua atual população em idade ativa e quintuplicar o nível para manter os rácios trabalhadores/idosos nos níveis atuais.

No entanto, os partidos de extrema-direita têm utilizado a imigração como instrumento de exploração de sentimentos de insatisfação, frustração, xenofobia e racismo e de promoção do nativismo. Esta extrema-direita, que nas últimas décadas tem visto aumentar o seu apoio eleitoral explorando o ressentimento da parte das populações europeias mais atingida pelas consequências da globalização, tem tido efeitos bastante nocivos para a imigração. Um destes efeitos é a legitimação de comportamentos de rua violentos contra os imigrantes, normalizados por uma comunicação social tabloide e pela berraria das redes sociais. Outro dos efeitos mais graves para a vida da população imigrante é o “chauvinismo social” defensor de um Estado-Providência apenas reservado para as populações nativas.

Mas talvez o efeito mais nocivo seja a captura dos partidos da direita conservadora e do centro-direita através da influência sobre as suas agendas políticas. Como a história já nos mostrou, a direita conservadora tradicional tende a radicalizar o seu discurso e políticas quando a extrema-direita começa a crescer e a roubar-lhe o eleitorado. Procura então, num primeiro momento, aplicar políticas semelhantes às propostas pelos extremistas o que na prática apenas serve para as normalizar e pavimentar o caminho que levará a extrema-direita ao poder. Num segundo momento, em situações de necessidade para manter ou recuperar o poder, a direita conservadora faz acordos parlamentares ou mesmo coligações de governo com a extrema-direita. Como o discurso desta última se centra essencialmente sobre a imigração e dado o crescimento desta (embora não tenha ainda atingido o pico de 2015), não admira que a imigração seja a área em que os partidos de direita tenham assumido posi-

ções mais duras e restritivas, contribuindo assim, também eles, para a intensificação da política do medo.

Um destes casos é o do partido conservador britânico, no governo, que recentemente apresentou uma nova proposta de lei de imigração e asilo dirigida aos migrantes que atravessam o canal em pequenas embarcações: os migrantes serão presos, verão os seus pedidos de asilo considerados inadmissíveis e serão deportados para o país de origem ou para países terceiros. É ainda retirado às vítimas de escravatura ou tráfico de seres humanos a proteção contra a expulsão, deixando essa condição de constituir razão para a concessão de licença de permanência. Neste âmbito, o governo do Reino Unido fez um acordo com o Ruanda para deportação dos imigrantes que não poderiam ser devolvidos ao país de origem. O Supremo Tribunal considerou ilegal esta lei por o Ruanda não ser um país terceiro seguro para envio dos requerentes de asilo, considerando que estes poderiam correr o risco real de serem reenviados para os seus países de origem, onde poderiam ser vítimas de maus tratos. Assim, este acordo incluído nesta Lei foi considerado uma violação das obrigações do Reino Unido ao abrigo do direito internacional e nacional. A importância desta política como trunfo eleitoral para o governo inglês é de tal grandeza que o governo decidiu algo inusitado: apresentar um projeto de lei sobre a “Segurança do Ruanda (Asilo e Imigração)”, que institui em lei que o Ruanda é, de jure (já que de facto não o é) um país seguro, contornando assim a decisão do Tribunal, que apenas pode apreciar os textos dentro do quadro legislativo em vigor. Apesar disso, o partido conservador parece não estar a capitalizar eleitoralmente estas medidas, prevendo todas as sondagens que perca as próximas eleições legislativas.

Também em França o governo do liberal Macron, cedendo às exigências do partido de Marine Le Pen, fez aprovar recentemente uma nova lei de imigração e asilo, que os partidos de esquerda e os movimentos sociais consideram uma vergonha nacional. As associações de defesa dos direitos dos imigrantes, as universidades, os sindicatos consideram que é a lei mais regressiva desde pelo menos há quarenta anos para os direitos e condições de vida das pessoas estrangeiras, mesmo das que residem há



muitos anos em França e que contribuem com trabalho, impostos e contribuições para a segurança social. A título de exemplo, com a nova lei os imigrantes condenados por crimes podem ser deportados mesmo que estejam em França há 20 anos ou desde crianças, se se considerar que são uma “ameaça grave à ordem pública”. O jornal *Le Monde* diz que a nova lei traduz o desprezo por princípios republicanos de base, como o direito à nacionalidade no território onde se nasceu e a igualdade perante a lei no direito às prestações sociais. O governo francês gabou-se de promulgar a lei da imigração “mais dura de sempre”. Mas a extrema-direita de *Le Pen* festejou a vitória das suas propostas e é esta força a que mais beneficia nas sondagens.

O principal país da UE, a Alemanha, não ficou atrás, tendo alterado em 2023 a sua política de migração e asilo num sentido mais restritivo, afastando-se das “medidas de acolhimento” associadas à governação de Merkel. Mais de três milhões de refugiados e requerentes de asilo vivem na Alemanha e no ano passado quase 300.000 pessoas pediram asilo (o número mais elevado desde 2015, quando o país recebeu mais de um milhão de refugiados), sendo a grande maioria proveniente da Síria, da Turquia e do Afeganistão. O sistema de acolhimento de migrantes entrou em crise, o que ajudou a alimentar a retórica anti-imigração da extrema-direita, tendo o *AfD* obtido resultados históricos nas eleições locais no ano passado. O governo (de coligação de partidos de centro-esquerda, verdes e liberais) reagiu endurecendo a legislação relativa à imigração e asilo e o chanceler *Olaf Scholz* pronunciou-se a favor de deportações “em grande escala” de requerentes de asilo rejeitados.

A título de exemplo, a nova legislação alemã acelera a deportação de estrangeiros que se encontram no país em situação irregular, dá à polícia poderes alargados para procurar as pessoas que receberam ordem de saída e aceder aos seus bens (como os telemóveis), simplifica os requisitos para a expulsão de criminosos e traficantes de seres humanos (incluindo os não condenados mas apenas suspeitos), elimina a obrigação de informar antecipadamente os que vão ser deportados para evitar que se escondam e prevê menores subsídios aos requerentes de asilo. Alguns Estados pretendem mesmo fazer o pagamento das prestações sociais em cupões, para evitar que os requerentes de asilo transfiram o dinheiro para familiares no país de origem. Por fim, a Alemanha continua a negociar acordos para designar mais países como “países de origem seguros”, o que permitiria deportar pessoas para esses locais. Apesar disto, os partidos da coligação de *Scholz* continuam muito atrás da *AfD* nas sondagens.

Ao nível da posição global da União Europeia, onde dominam os países de direita, em dezembro último foi aprovada uma revisão da política de imigração e asilo, apelidada de Pacto europeu para as migrações e asilo (PMA). O PMA é composto por cinco atos legislativos abordando, por exemplo, a triagem e controlo de fronteira de quem chega ou quer entrar em território europeu, as situações de crise e de força-maior, a gestão do asilo e da migração ou os procedimentos de asilo e pretende cobrir a “dimensão interna” da migração, enquanto a “dimensão externa” continuará a ser abordada através de acordos específicos com países vizinhos, como a Turquia, a Tunísia e o Egípto. O PMA permite, por exemplo, estender a aplicação dos procedimentos de controlo de entrada a todas as pessoas que já estejam na UE mas não tenham a sua situação migratória regularizada, agravando o risco de discriminação racial nos processos de investigação. Por outro lado, o Pacto introduz medidas mais restritivas nos procedimentos de controlo de fronteira dos requerentes de asilo que tenham fornecido informações fraudulentas, podendo ir até à detenção e rápida deportação. Introduz também o conceito de “instrumentalização” de migrantes, prevendo regras excecionais que serão aplicadas quando o sistema de asilo da UE for ameaçado por uma chegada súbita e maciça de refugiados (como no caso da crise migratória de 2015-2016) ou por uma situação de força maior (como a pandemia da Covid-19). Nestas circunstâncias, os Estados membros podem suspender temporariamente os procedimentos normais de asilo e aplicar medidas mais rigorosas, incluindo períodos de detenção mais longos. O grupo d’A Esquerda no Parlamento Europeu considerou “este conceito questionável e um cheque em branco para a suspensão de praticamente todos os direitos das pessoas que procuram proteção”. O Pacto institui ainda um mecanismo de “solidariedade obrigatória” entre os Estados membros, que poderão acolher os imigrantes e refugiados que lhes chegam do exterior ou poderão enviá-los para outros estados da UE, ou até para países fora da União, em troca de pagamento.

Os partidos de esquerda e as organizações humanitárias alertaram para o risco do PMA normalizar a detenção em larga escala, padrões de acolhimento deficientes, “procedimentos de asilo apressados com salvaguardas e recursos restritos” e a devolução forçada dos migrantes para países onde enfrentam violência e perseguição, existindo mesmo a possibilidade das disposições do pacto em matéria de gestão de crises “violarem o direito internacional” e criarem um “precedente perigoso para o direito de asilo a nível mundial”. O PMA significa mais detenções, mais restrições ao direito de asilo, mais deportações e mais justificações irracionais de políticas

racistas, eurocêntricas e estigmatizantes, (*Miguel Urbán*, deputado europeu) e “não impede os Estados de criminalizar a ajuda humanitária nem de tratar migrantes como criminosos” (*Miguel Duarte*, ativista do *Humans Before Borders*). *José Gusmão*, deputado europeu pelo Bloco de Esquerda, salientou que a aprovação do pacto só foi possível pela cedência às posições da extrema-direita, mostrando a sua aprovação “como a agenda da extrema-direita europeia” e que “o acordo foi atingido com a liderança e participação ativa do centro, da direita, dos liberais e dos socialistas”.

Por tudo isto apenas podemos concluir que a extrema-direita está a vencer o debate sobre a imigração na Europa, quer a nível nacional quer na União Europeia, vendo as suas ideias serem aprovadas e crescendo sistematicamente nas intenções de voto. Isto é feito através da captura das agendas dos partidos da direita e do centro, que apesar nas cedências não beneficiam em termos eleitorais, parecendo os eleitores preferir o original em detrimento da cópia.

A poucos meses das eleições para o Parlamento Europeu, e num ano em que teremos eleições legislativas que afetarão uma grande parte da população mundial, podemos verificar que a extrema-direita está a vencer a questão da imigração na Europa, sendo em muitos destes países indiferente o voto nela ou nos partidos de direita conservadora, de direita neoliberal, do centro-direita, de alguns partidos do centro-esquerda ou até em determinados novos partidos de uma esquerda conservadora, surgidos de cisões, como é o caso da Aliança *Sahra Wagenknecht (BSW)* na Alemanha. Só um voto em partidos da esquerda progressista, humanista, socialista, radical, revolucionária e internacionalista poderá inverter este retrocesso cultural, democrático e humanitário.



# És do Brasil?

texto de *Tainara Machado*<sup>1</sup>

É inegável que, após um passado colonial, haja laços permanentes entre o Brasil e Portugal. Ainda assim, em Portugal se sabe muito mais sobre o Brasil do que no Brasil se sabe sobre Portugal. Pudera, o tamanho continental de um, comparado ao outro... Apesar disso, há muitas pessoas brasileiras que veem no migrar para Portugal uma oportunidade de ter uma vida melhor do que a que têm/tinham no Brasil. Quais sejam as motivações da diáspora, também é verdade que, sem as pessoas migrantes, Portugal teria muitas mais dificuldades em sustentar-se economicamente e socialmente.

A mistura cultural nas ruas das cidades portuguesas não nos deixa imunes ao grande número de brasileiros residentes no país. No café, na padaria, no supermercado, nas lojas, ao andar na rua ouvimos, muitas vezes, o português do Brasil. A cultura brasileira acompanha a exponencial subida de residentes, trazendo muito mais concertos de cantores brasileiros, maior oferta de comida típica nos supermercados e a consolidação de rodas de samba onde calhar e souber bem.

Atualmente, a emigração de pessoas para o Norte Global não pode ser caracterizada apenas como um desejo de quem migra por uma vida melhor. Mas, também, tapar um buraco da mão de obra não especializada nestes países. Afinal, as pessoas migrantes têm um papel fundamental no mercado de trabalho e na contribuição fiscal nos países em que se fixam. Nesse sentido, para a construção do interesse migratório, os media e os influenciadores digitais têm um papel importante em ações para atrair pessoas imigrantes para onde o mercado de trabalho necessita de mão de obra barata, nomeadamente, ao setor de serviços e turismo. Ou seja, incentivam a vinda de quem quer emigrar do seu país de

origem, com uma perspetiva positiva que, por vezes, não traduz a realidade aqui vivida, ou omite as dificuldades e variáveis que imigrar acarretam para quem decide sair do seu país. A força de angariação aumenta maioritariamente quando estes setores são a principal fonte de receitas do país.

Portugal, por meio de acordos recíprocos com o Brasil, vem a estabelecer um caminho utilizado por brasileiros que, individualmente, decidem deslocar a sua força de trabalho para além-mar. A vontade política dos dois países guia esse deslocamento, que permite que alguns documentos sejam emitidos mesmo antes da autorização de residência. Assim, são emitidos muitos NIF's e cadastros na Segurança Social. Evidenciando que, antes mesmo de obterem a garantia da sua residência no país, começam a pagar tributos ao governo por sua atuação laboral, a qual é, muitas das vezes, precarizada.

O Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2022, publicado em maio de 2023 pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, informa que residiam em Portugal 781.915 imigrantes, grande parte com nacionalidade brasileira (239.744). Os imigrantes correspondem a 6,8% da população residente no país, conforme o Relatório do Observatório das Imigrações de 2023. Sendo de 1,6% de nacionalidade de outro Estado-membro da União Europeia e, 5,2% extracomunitária, incluindo o Reino Unido.

Os números dizem-nos que o percentual de estrangeiros não é assim tão alto; contudo, o seu impacto na Segurança Social não passa despercebido. Um texto da Lusa, reproduzido no Diário de Notícias, indicava que os 720 mil trabalhadores estrangeiros contribuíram para a Segurança Social em 2023 com 1.700 milhões de euros, até ao mês de agosto daquele ano. Estima-se que esses contribuintes aportam sete vezes mais para a Segurança Social do que se beneficiam ou virão a se beneficiar. É um retrato tanto da importância da contribuição dos imigrantes que garante subsídios e pensões aos reformados e pensionistas, mas, também, da injustiça do discurso que culpa os imigrantes pelos desafios vividos no mercado de trabalho. Conforme José Soeiro afirmou no Expresso, em dezembro de 2023, «a economia portuguesa depende do trabalho migrante».

A força laboral imigrante traz profundas alterações na caracterização do mundo do trabalho em Portugal, sendo estas estruturalmente importantes para o futuro e confi-

guração do mercado de trabalho. Destaca-se o facto de que as imigrantes registam uma taxa de fecundidade mais elevada e que, através do custoso deslocamento que individualmente decidem efetuar, atenuam a tendência de decrescimento populacional do país. Entretanto, as eleições legislativas e a onda da extrema-direita na Europa trazem novas preocupações às pessoas imigrantes, que passam a temer pela sua segurança e subsistência. Pode-se considerar que há dois pesos e duas medidas em relação a esta parcela da população residente que, não só aqui em Portugal, pois em todo o Norte Global, cumpre um papel importante no setor económico.

A crise da habitação, para além dos desafios de legalizar-se em Portugal, soma-se a falta de «acessibilidade e de estabilidade» e ainda a regimes precários de moradia que «fomentam a discriminação de pessoas imigrantes, assim como os problemas de discriminação impedem as pessoas migrantes de aceder a uma habitação condigna», ou ainda, de apenas se manter numa «habitação adequada» e pelo acesso de uma «via legal», conforme o relatório “Imigração e a discriminação na habitação em Portugal” do projeto #MigraMyths-Desmistificando a Imigração, da Casa do Brasil. Ao contrário do aspeto «positivo» da vinda de brasileiros para colmatar a falta de mão de obra no país, quando o assunto é o acesso à habitação a conversa descamba para outro lado. Xenofobia, racismo e um ano adiantado de rendas ou caução é o discurso que, infelizmente, vem se tornando rotineiro.

É passada a hora de que a garantia de direitos aos imigrantes seja efetiva no país. A tapioca, as rodas de samba, o carnaval de rua já são parte da vida de Portugal, trazendo as cores e um pouquinho do Brasil para cá (a tal brasilidade portuguesa). Contudo, precisamos que a portugalidade brasileira vá para além de usufruir da mão de obra barata, e que reconheça a importância e garanta direitos e dignidade à população

<sup>1</sup> Ativista e socióloga, migrante brasileira, vive em Portugal desde 2019.



# **Porque é que a extrema-direita ultra radicalizada é obcecada com os cruzados?**

texto de **Andreia Galvão**

O neonazi Mário Machado e o seu grupo 1143, formado a partir de uma facção ultra radicalizada da Juventude Leonina e intimamente ligado aos Hammerskins, o grupo de extrema-direita mais violento das últimas décadas em Portugal, inquietaram a esquerda ao convocar uma manifestação “contra a islamização da Europa” no dia 3 de Fevereiro. A manifestação que atravessaria o Benfornoso foi eventualmente rejeitada pela câmara municipal de Lisboa, por afrontar a tolerância, a dignidade humana e a constitucionalidade e por em causa as populações existentes naquele local. Apesar disso, o neonazismo confrontou no espaço público a sua reinvenção genealógica da “pureza” étnico-racial portuguesa.

O mito é basicamente a criação de uma história com intuito de explicar algo que o ser humano não compreende. A tradição não é invulgar no legado da supremacia branca, a construção da ficção da “raça branca” como superior às restantes. Esta teoria foi sempre flexível e flexibilizada - nos EUA e na sua fundação a imigração de diversos povos europeus distintos foi eventualmente criando uma identidade racial comum em oposição aos africanos que, ao serem moral, social e politicamente inferiorizados, passariam a poder ser escravizados e explorados economicamente. A criação de uma mitologia e universo simbólico (dos copos de leite às expressões “white po-

wer”) foi sempre crucial para a formação destas comunidades do ódio. No entanto, as novas expressões da supremacia branca alteraram hoje a sua face discursiva e utilizam o mecanismo psicológico da vitimização como ferramenta de recrutamento militante. Aí a teoria da grande substituição, a narrativa estatisticamente falsa sobre o projeto das elites políticas da ‘substituição’ dos povos originalmente ‘europeus’ por povos de outras etnias principalmente árabes, surge como crucial para transformar o discurso agressivo da supremacia branca pelo discurso de proteção da identidade nacional, étnica. Não será coincidência a utilização do slogan “Portugal aos Portugueses” ou “Racismo contra os Portugueses”.

O mito nacional português é particularmente evidenciado no discurso do Estado Novo sobre a pátria, mas não é esse o emprego pelo grupo de Mário Machado. 1143 é o ano utilizado por se referir à assinatura do tratado de Zamora que marcou a independência de Portugal em relação a Espanha, traçado como a origem da cultura portuguesa ‘originária’. A semelhança de outros grupos neonazis, a cultura árabe é definida como inimiga da cultura cristã.

Esta afirmação em Portugal afronta-nos. Não somente por promover o racismo, a violência e a xenofobia mas também pela ignorância histórica apresentada relativamente à presença árabe em Portugal e à composição étnica portuguesa constituída pelos povos dos dois lados do Mediterrâneo. Após o período pré-histórico, a população de Lisboa baseava-se estruturalmente em berberes com influências fenícias e de Cartago. É curiosa a influência que ficou no nome alface, a alcunha carinhosa dada aos

habitantes do burgo de Lisboa. Foram os Cruzados (constituídos por ingleses, normandos, escoceses e germanos), o grupo idolatrado pelo grupo 1143, quem impôs a guerra santa e a alteração de um território onde múltiplas religiões conviviam para o monoteísmo católico. Como escreveu António Brito Guterres no Diário de Notícias “uma marcha sobre Lisboa, contra a sua islamização e com tarjas anunciando que vão “reconquistar Lisboa aos mouros”, só não é caricato porque sabemos o que querem, mas faz lembrar aquela vez em que um grupo de nazis portugueses foi à Alemanha conviver com os seus congéneres e foram expulsos, por serem mouros”.

É verdade que nós sabemos o que eles querem. Disseminar o medo e a ansiedade relativamente à multiculturalidade, tornar os imigrantes criminosos para justificar a ação de milícias e do autoritarismo. Estes não escondem muito a sua missão. Os mais perigosos são os lobos em pele de cordeiro que repetem incessantemente e banalizam teorias pseudo científicas que tentam justificar que culturas diferentes foram sujeitos fundamentalmente irreconciliáveis. Para que eles não ganhem precisamos de não ter medo.



# A luta continua por serviços de qualidade na Imigração

texto de **Anabela Rodrigues,**  
dirigente da Solim

O artigo 15 da Constituição determina acerca dos imigrantes em Portugal:

“Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português”.

É nesta premissa que a Solidariedade Imigrante - Associação para a defesa dos Direitos dos Imigrantes (Solim) - se posiciona. Nas palavras de Timóteo Macedo, “as pessoas imigrantes não querem serviços especiais só para si. Eles lutam há muito pela igualdade de oportunidades e por direitos iguais. É tempo de se mudar o paradigma político e cultural reinantes na sociedade em relação aos outros, à diferença, aos imigrantes, à interculturalidade e diversidade. Já é tempo de serem tratados como iguais”.

A Solim nasceu em 2001 com o princípio de que as pessoas imigrantes fazem parte do País, que as políticas de imigração devem as tratar de igual para igual como qualquer pessoa com cidadania nacional. Nem menos, nem mais.

Como mediadora cultural, faço parte de um grupo de pessoas que também acredita na necessidade da mudança de paradigma. O atendimento da Solidariedade Imigrante é um espelho da diversidade deste país. Pode atender pessoas de mais de 90 nacionalidades diferentes, pode ouvir, apoiar e, acima de tudo, lutar com eles para leis mais amigas dos trabalhadores migrantes e de suas famílias. Um trabalho contínuo e presencial, independentemente da cor política dos governos, porque o que move a associação é a certeza de que não queremos uma Europa Fortaleza.

Em mais de duas décadas assistiu-se a centenas de medidas de diferentes governos em relação a questões sociais, mas insistindo em manter uma segregação dos cidadãos/as estrangeiros em relação ao nacionais. Criaram-se serviços e planos especiais, como se os imigrantes não pudessem ser atendidos junto de nacionais. E esses serviços especiais não são de qualidade. Há tempos longos de espera, há muitas incertezas, muitas respostas negativas apesar dos seus direitos.

Ora, os Serviços Públicos devem estar à altura das mudanças, deviam saber acolher de forma eficaz e eficiente e não escolhendo tipo “menu à la carte” quais os imigrantes que vão ter mais privilégios que outros. Deveria haver maior partilha de valores, receptivos à diversidade cultural, aos saberes e experiências desta cidadania universal transportada e vivida pelos povos que nos procuram.

A luta continua por uma porta sempre aberta para acesso à autorização de residência para quem trabalha, paga os seus impostos e está há cerca de dois anos a aguardar uma mensagem numa plataforma para entregar os seus papéis. O fim do SEF é uma vitória das associações de imigrantes, dado que os imigrantes não são criminosos e não devem ser atendidos para tratar da sua documentação por Polícias de estrangeiros. Mas esperar tanto para ter um título? Para agendar, renovar, reagrupar? O Reagrupamento familiar é um direito. Como pode o Estado, através do antigo SEF, agora AIMA, impedir que durante mais de um ano, não abra agendamentos para famílias presentes no país e fora dele? Como pode Portugal citar boas práticas de imigração, se no seu mais essencial que é o da família (seja ela qual for), cria obstáculos? Por isso, temos constantemente alertado para os atrasos, para os maus funcionamentos nas embaixadas na emissão de vistos.

Uma experiência pessoal é sair à rua entre as cinco e sete da manhã nas zonas de escritório e ver centenas de mulheres migrantes e racializadas nas limpezas. Essas mulheres sempre tiveram um duplo turno: primeiro, no tempo da escravatura sem a retribuição, depois no Colonialismo com uma baixa retribuição e agora por meia centena de euros fazem o trabalho de duas pessoas no menor número de horas que dê lucro à entidade patronal. Muitas das nossas associadas já sentiram na pele o frio da madrugada e a desconsideração pela sua tarefa. Em pleno século XXI, as mulheres do serviço doméstico vivem com uma lei especial de 1992. Continuamos a lutar para que seja incluído no código do trabalho. Não aceitamos que muitos burgueses e ricos prefiram pagar mais para uma hora de SPA do que uma hora de trabalho doméstico.

As ditas “vagas de imigração” vieram atrás de um sonho e que têm vindo à procura de uma vida melhor, mas a realidade esbo-

fetearam essas pessoas com salários em atrasos, promessas de um contrato, meios-dias de folga e jornadas contínuas de trabalho.

Não escrevo aqui em particular sobre o racismo ou a xenofobia individual e quotidiana. Porque disso se aprendem a defender as pessoas imigrantes, independentemente do seu tom de melanina. Escrevo sobre a contínua discriminação em que determinadas comunidades, seja pelo seu passado de migração, seja pelo tom de melanina continuam a ser alvo, e que tem como consequência o impedimento ao acesso a bens, serviços, e oportunidades, a serviços de qualidade na educação ou nos transportes.

Desde a lei nº 37/81 de 3 de Outubro, e mesmo com as sucessivas alterações, que a situação os filhos dos imigrantes nascidos em território nacional não tem sido tratada por igual em relação aos cidadãos portugueses, nos termos da Constituição. A melhoria da legislação não conseguiu até à data colmatar os constrangimentos diários administrativos e quase todos onerosos. É preciso as associações de imigrantes estarem constantemente em alerta para apoiar estes cidadãos? Se um estrangeiro com um Golden Gisa pode ter a nacionalidade portuguesa desde que passe 7 dias por ano em Portugal, porque não pode uma criança que nasce em Portugal ser portuguesa? A mudança é sobretudo jurídica, mas nem aí esses filhos de imigrantes têm voto na matéria. Não puderam votar em décadas por uma política que os colocassem nas mesmas circunstâncias.

Não é justo promover os Vistos Gold ou os residentes nómadas enquanto se perpetuam serviços não preparados para acolher quem chega, mantendo as pessoas imigrantes como necessitados e subservidos.

Pensamos por isso que é importante um maior diálogo entre o governo através das suas instituições e as associações no sentido de políticas mais justas e ações corretivas, promovendo também uma discussão aberta e pública sobre a imigração, o racismo e a xenofobia, lembrando ao país que seja de 1ª, 2ª ou 3ª geração, nós somos todos filhos de imigrantes. Os mais de um milhão portugueses em França, os cerca de 80 mil no Luxemburgo, ou os 262 mil da Suíça não são invasão. Não, não queremos uma Europa Fortaleza, não aceitamos que pessoas sejam expulsas com acordos desumanos com países fronteiriços ou não à Europa. Ninguém é ilegal. Ilegal é o capital.



# Agronegócio e escravatura moderna

texto de **Mariana Carneiro**

Estima-se serem cerca de 90% da mão de obra na agricultura. Continuam a chegar dos países mais pobres da União Europeia e do leste europeu, ainda que em menor número, e de países africanos, como o Senegal, o Mali, o Egito, a Argélia ou Cabo Verde. Nos últimos anos, os trabalhadores imigrantes de países indo-asiáticos, como a Tailândia, Nepal, Paquistão, Índia ou Bangladesh, ganharam cada vez mais peso no setor agrícola. E, ainda mais recentemente, os imigrantes timorenses vieram engrossar as fileiras da mão de obra barata, tão estimada pelo agronegócio.

Muitos acumulam dívidas no país de origem, onde recorreram a créditos para custear a viagem para Portugal, rumo a “uma vida melhor”. Em alguns casos, as suas casas, e até mesmo as suas famílias, servem de garantia para o pagamento dos montantes em dívida. Outros ousaram atravessar o Mediterrâneo num pequeno barco, pagando umas centenas de euros, e viram alguns dos seus amigos ou familiares ficarem pelo caminho.

Quando chegam ao país, se têm “sorte”, e esses são uma escassa minoria, são contratados diretamente pelo beneficiário final, a exploração agrícola. Aí não faltam exemplos de entidades empregadoras que os sujeitam a permanente intimidação e ritmos de trabalho insuportáveis. E as condições não são iguais para todos, com algumas nacionalidades a serem favorecidas mediante a atribuição de tarefas mais leves e remunerações mais favoráveis, e a servirem de capatazes dos seus colegas, por forma a semear a discórdia.

A regra, no entanto, é caírem nas mãos de angariadores sem escrúpulos, de nacionalidades várias, que se apresentam devidamente legitimados sob a designação de uma qualquer empresa de trabalho temporário ou de prestação de serviços agrícolas. Estes angariadores, para quem os trabalhadores imigrantes representam um reservatório de mão de obra a explorar, oferecem todo o tipo de facilidades, como documentos na hora, casa onde morar, transporte para o trabalho, que, mesmo quando cumprem, depois vêm a cobrar caro.

Os contratos firmados com os imigrantes, quando existem, incluem cláusulas ilegais. O angariador impõe unilateralmente o horário e as condições de trabalho. O trabalhador recebe as horas contabilizadas e quem as estipula e contabiliza é o angariador. Os contratos chegam a prever descontos diretos na remuneração, sem quaisquer limites, relacionados com acomodação, transporte e despesas de água, luz e gás, entre outros. Quando falo em acomodação refiro-se a contentores ou casas sobrelotadas sem quaisquer condições de salubridade. No final do mês, os trabalhadores imigrantes não recebem sequer o salário mínimo. Muitas vezes, o pouco que lhes chega às mãos não dá nem para comer.

Mas a existência de contrato é a exceção, não a regra. Proliferam as situações em que os salários não são pagos, em que existe intimidação permanente ou de violência, e em que os trabalhadores são atirados para a rua sem qualquer pudor.

É inquestionável que o país precisa destes trabalhadores. O peso das suas contribuições para a Segurança Social, o seu contributo para mitigar o declínio populacional de Portugal, bem como para responder às necessidades da economia são imprescindíveis. Sem eles, muitas atividades económicas fechariam portas, essencialmente em setores como o agrícola. Isto para não falar no enriquecimento que pessoas oriundas de outros países representam em termos gastronómicos, culturais, de experiências e conhecimentos.

Ainda assim, Portugal continua a falhar, em toda a linha, no que respeita a garantir os seus direitos, laborais e humanos: o Estado não cumpre a lei. Continuamos a assistir a uma flagrante violação da lei da imigração, mediante o incumprimento dos prazos máximos de resposta estipulados nos processos de regularização dos imigrantes e a imposição de burocracias infindáveis. Esta situação condena os trabalhadores imigrantes a todo o tipo de abusos laborais, e condiciona o seu acesso a bens e serviços essenciais. Os imigrantes não podem continuar a ser penalizados pelo incumprimento do Estado.

As políticas de acolhimento e integração de migrantes também têm de sair do papel e deixar de ser meros verbos de encher. A deficiente, ou quase inexistente, aplicação do programa de Português Língua de Acolhimento, que impede os imigrantes de ultrapassarem a barreira linguística, a falta de informação sobre os seus direitos, a fragilidade do atendimento em serviços públicos, que se exige serem de qualidade e acesso universal, também só servem a quem quer fragilizar ainda mais os imigrantes, isolá-los, e transformar Portugal numa terra sem lei.

E não podemos permitir que o modelo de rápida acumulação de lucro do agronegócio, da agricultura hiper-intensiva, predatória do meio ambiente, que despoja consumidores domésticos e pequenos agricultores da água disponível, se alimente de uma horda de trabalhadores sem quaisquer direitos, submetidos a uma verdadeira escravatura moderna.

O regime de total de impunidade tem de acabar. Por um lado, não podemos ter empresas de trabalho temporário ou empresas de prestação de serviços agrícolas criadas na hora e à medida, e que também podem ser extintas na hora sem deixar rasto. São empresas com sedes falsas, cujos donos são impossíveis de identificar ou localizar, e às quais não é exigida qualquer garantia que possa salvaguardar, por exemplo, o pagamento de salários que fiquem por saldar.

Por outro lado, as grandes explorações agrícolas, que dependem da sobre-exploração de trabalhadores imigrantes para engordar os seus cofres, não podem continuar a sacudir a água do capote quando se trata de abusos.

As alterações legislativas introduzidas em 2016 por proposta do Bloco vieram responsabilizar toda a cadeia de contratação pelas violações dos direitos dos trabalhadores. Todavia, como a realidade tem vindo a demonstrar, quem verdadeiramente usufrui do trabalho dos imigrantes continua impune, na medida em que só é responsabilizado pelas atrocidades cometidas quando há condenação prévia do angariador. O tal que pode desaparecer sem deixar rasto. Nesse sentido, o Bloco pretende dar mais um passo em frente, propondo que exista responsabilização direta de toda a cadeia, incluindo o dono da exploração agrícola, os seus dirigentes e administradores. Mas os interesses do agronegócio parecem falar mais alto, e tanto PS como PSD têm-se oposto a esta medida.

Se é certo que os imigrantes são as vítimas diretas de todos estes esquemas, sendo-lhes negados todos os direitos e toda a dignidade, também é certo que a fatura é paga por todas e todos nós. Pagamo-la quando permitimos que as empresas angariadoras não paguem IVA, ou não façam os devidos descontos para a Segurança Social e IRS dos seus trabalhadores, quando o modelo de rápida acumulação de lucro do agronegócio impõe uma política de baixos salários a todos os trabalhadores, quando condicionamos o nosso futuro ao permitir a delapidação dos nossos recursos naturais.

E é por isso que, em nome do interesse de todos, temos de acabar com o privilégio e a impunidade de alguns.

# **Balanço migratório: é muito mais o que nos une**

texto de **Mariana Garrido**

O aumento da imigração tem sido capitalizado pela extrema direita para mobilizar ressentimentos, que galopam pelo terreno fértil de um povo com um passado colonial mal resolvido. Ao mesmo tempo, a notícia de que Portugal é o país da União Europeia do qual mais se emigra lembra-nos que este país “à beira mar plantado” não está, afinal, banhado por um mar de rosas. Entre quem chega, quem parte e quem fica, é muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa.

Ainda que historicamente a emigração portuguesa tenha tido momentos mais altos do que outros, há muito que a emigração cobra um papel importante na nossa identidade coletiva. É difícil encontrar um português que não tenha familiares emigrados pelo mundo, ou que não conheça, mesmo que não em primeira mão, as dificuldades inerentes à partida.

Até aos anos 60 do século XX, a emigração portuguesa foi sobretudo intercontinental, tendo como principais destinos o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá. Em quarto lugar, estava a Venezuela, onde o meu bisavô desembarcou em

1957. Após a Segunda Guerra Mundial, em especial nos anos 50, com alguma quebra nos anos 60, destaca-se também a migração, dirigida ou voluntária, para as colónias portuguesas, em especial para Angola e Moçambique (colonialismo de povoamento).<sup>1</sup> Foi o caso dos meus avós. Sendo parte do projeto colonial da ditadura fascista portuguesa, estas migrações não foram devidamente contabilizadas, mas sabe-se que tiveram uma dimensão muito menor do que a emigração para o estrangeiro.<sup>2</sup> Após os anos 60, até ao 25 de abril, os países de destino passaram a ser europeus, sobretudo a França e Alemanha, para onde se migrava muitas vezes a *salto*, isto é, de maneira clandestina.<sup>3</sup> Fugia-se à ditadura, à miséria e a uma vida sem horizontes, assim como à guerra colonial. Nos locais de destino, esperava-os uma vida dura: primeiro, nos *bidonville*, depois, em bairros sociais, em trabalhos de desgaste rápido, em fábricas e na construção civil. Em geral, os portugueses que emigraram sofreram discriminação e exclusão social que, mais tarde ou mais cedo, foi transferida para outros alvos convenientes. Entre 1950 e 1974, saíram das aldeias e cidades portuguesas, sobretudo dos meios rurais, mais de 1.8 milhões de portugueses.

Após o 25 de abril de 1974, a emigração abrandou substancialmente. Afinal, foi nos anos que se seguiram à Revolução que se criaram as bases dos serviços públicos essenciais, que ainda hoje temos. A esperança num país melhor motivava a que se ficasse. No imediato, deu-se também um movimento substancial de regresso: das colónias e do exílio, ambos por motivos políticos, embora muito diferentes.

A emigração é retomada na viragem do milénio. Em democracia, o grande pico de emigração dá-se na sequência da crise das dívidas soberanas, durante o governo de direita liderado por Passos Coelho, com a implementação - *além da troika* -, das medidas de austeridade em Portugal. Na primeira década do século XXI, sob uma governação neoliberal, as promessas de abril pareciam mesmo “um sonho lindo que acabou”. Só entre 2011 a 2015, emigraram mais de 586 mil portugueses. Em 2013, houve mais de 120 mil saídas. Foi no rescaldo dessas políticas, em 2017, que também eu saí. E como muitos outros, essa emigração, que imaginei que fosse temporária, foi-se transformando em permanente. Durante seis anos, até 2016, o balanço migratório português foi negativo. A direita conseguiu a proeza de tornar a vida em



Portugal tão insuportável, que não só a emigração aumentou brutalmente, como a imigração se reduziu. Ainda que alguma da emigração atual seja qualificada, a maioria dos emigrantes portugueses não são pessoas licenciadas.

A breve história da emigração portuguesa que aqui conto leva-nos ao título mais badalado das últimas semanas: “Portugal é, em termos relativos, o país europeu com mais emigrantes da Europa”. Mas não devemos esquecer o subtítulo - “mais de um terço dos nascidos em Portugal com idades entre os 15 e os 39 anos vivem hoje no exterior” -, nem que políticas nos levaram a este desvio-padrão.

Diz-nos o Observatório das Migrações que Portugal flutua “entre períodos com mais saídas de portugueses do que entrada de estrangeiros, e períodos em que recebe mais migrantes”.<sup>4</sup> Falemos então de imigração e lembremos alguns factos. Primeiro, só muito recentemente é que Portugal se tornou um país de imigração. As nossas migrações refletem, no fundo, a realidade de um país semi-periférico. No topo dos países mais pacíficos do mundo, rotulado como “país desenvolvido”, com relativa hegemonia e uma política de imigração mais progressista do que a das contrapartes europeias, Portugal afigura-se cada vez mais como um

bom país de destino, permanência e pertença. Tal como os portugueses emigram sobretudo para países com um Índice de Desenvolvimento Humano superior, o mesmo se passa com quem chega.

Contudo, essas vantagens contrastam com uma realidade de baixos salários (com pobreza no trabalho, inclusive), uma crise na habitação aguda, e baixo poder de compra, que afastam portugueses, e potenciais imigrantes, para outros destinos. Isto leva-nos ao segundo facto: ao contrário do que se quer fazer parecer, Portugal está entre os países da União Europeia com menor percentagem de estrangeiros residentes. Dos 27 estados-membros, ocupamos o 18º lugar. Em 2022, diz-nos a Eurostat, apenas 6,8% dos residentes em Portugal eram estrangeiros.<sup>5</sup> Durante a crise, não perdemos só emigrantes, cujo pico de saídas foi em 2013, perdemos também entradas, cuja quebra foi em 2012. As nossas migrações também refletem um trabalho incapado de inversão da austeridade, da devolução de rendimentos e de investimento nos serviços públicos. Quem fica e quem chega enfrenta diariamente as consequências da desregulação laboral, da precariedade e dos baixos salários. No caso de quem chega, os casos de exploração laboral são particularmente gritantes, e muitos estarão ainda por denunciar.

De pouco importa tecer considerações sobre a suposta utilidade de quem chega, sobre as contribuições para a segurança social, ou sobre o empurrão que a população imigrante dará a um país cuja demografia periga. Se por um lado servem de argumentos contra a extrema-direita, por outro, pecam pelo utilitarismo e por fazerem distinções entre “bons” e “maus” migrantes. A melhor política de integração e de combate à discriminação é a de uma abordagem assente em direitos. A melhor política de fixação também. Precisamos, em Portugal e na União Europeia, de vias migratórias legais e seguras, que travem o flagelo do tráfico humano e do trabalho forçado, como é o caso na agricultura portuguesa, e as violações de direitos humanos, como é o caso no Mar Mediterrâneo e no deserto, no norte de África. Como precisamos de um Estado social forte, que garanta uma vida boa e digna para toda a gente, sem exceção. É isso que nos une.